



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E
POLÍTICA (ILAESP)**

**CIÊNCIAS ECONÔMICAS – ECONOMIA,
INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO.**

O MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL (2014-2019)

ANNA PAULA PINHEIRO DOS SANTOS

Foz do Iguaçu
2022



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO
DE ECONOMIA, SOCIEDADE E
POLÍTICA (ILAESP)**

**CIÊNCIAS ECONÔMICAS – ECONOMIA,
INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO.**

O MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL (2014-2019)

ANNA PAULA PINHEIRO DOS SANTOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas – Economia, Integração e Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Amilton Jose Moretto

Foz do Iguaçu
2022

ANNA PAULA PINHEIRO DOS SANTOS

O MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL (2014-2019)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas – Economia, Integração e Desenvolvimento.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Amilton José Moretto
UNILA

Prof. Dr. Pedro Marcelo Stavie
UNILA

Dra. Jacqueline Aslan Souen
UNICAMP

Foz do Iguaçu, 28 de julho de 2022.

TERMO DE SUBMISSÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Nome completo do autor(a): ANNA PAULA PINHEIRO DOS SANTOS

Curso: CIÊNCIAS ECONÔMICAS - ECONOMIA, INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

	Tipo de Documento
(.....) graduação	(.....) artigo
(.....) especialização	(x) trabalho de conclusão de curso
(.....) mestrado	(.....) monografia
(.....) doutorado	(.....) dissertação
	(.....) tese
	(.....) CD/DVD – obras audiovisuais
	(.....) _____

Título do trabalho acadêmico: O mercado de trabalho no Brasil (2014-2019)

Nome do orientador(a): Amilton José Moretto

Data da Defesa: 28/07/2022

Licença não-exclusiva de Distribuição

O referido autor(a):

a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que o detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

Na qualidade de titular dos direitos do conteúdo supracitado, o autor autoriza a Biblioteca Latino-Americana – BIUNILA a disponibilizar a obra, gratuitamente e de acordo com a licença pública *Creative Commons Licença 3.0 Unported*.

Foz do Iguaçu, 28 de julho de 2022



Assinatura do Responsável

Dedico este trabalho a toda a classe trabalhadora brasileira geradora do produto nacional, que mesmo diante de toda a dificuldade econômica do país, segue em busca de sua renda para resistir rotineiramente e ainda compor a classe consumidora, num país que, infelizmente não tem saúde da renda nacional e a proteção social como prioridades na agenda política e econômica.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais, Diva Ana Leitão e Gerson José dos Santos que me concederam uma base de estudos que me possibilitou o ingresso em uma universidade pública, de qualidade e multicultural como a UNILA. Agradeço também ao meu irmão Victor Augusto por todo apoio durante este período. Não posso deixar de mencionar o agradecimento ao meu fiel companheiro Ferramenta, que foi crucial para os dias bons e mais ainda para os dias ruins, sem dúvidas que o cão é o melhor amigo da mulher!

Agradeço ao Professor Orientador Amilton Jose Moretto pelas aulas durante a graduação e pela paciência e didática durante as orientações. Agradeço imensamente à Professora Jacqueline Souen pelos ensinamentos em aula mesmo que pelo pouco tempo que pude assistir suas aulas, pelos conselhos em relação à academia e a orientação que me forneceu para este trabalho, além de sua presença indispensável na banca avaliadora. Também agradeço o Professor Pedro Stavie que me forneceu base de conhecimento sobre a economia brasileira e aceitou o convite para compor a banca avaliadora deste trabalho. Quero que saibam que me inspiram muito!

Um agradecimento especial à instituição UNILA e a todas as pessoas que compõe este núcleo, professores, técnicos, funcionários contratados e terceirizados, pessoas que conheci ou não e que trilharam este mesmo caminho, possibilitando a construção da identidade da universidade que me deu a oportunidade de conhecer diversas culturas e pessoas diferentes, me possibilitando o estudo da atividade econômica de diversos países, e permitindo a aquisição de conhecimento da estrutura das relações econômicas e as estruturas sociais pertinentes ao país em que me desenvolvo e de diversas outras culturas, de forma que eu possa compreender cada vez mais a sensibilidade das relações humanas e sua influência no meio em que vivo.

Por fim, me faltam palavras para expressar a magnitude do quanto sou imensamente grata pela jornada que tive em Foz do Iguaçu (PR) durante a minha trajetória na UNILA. Agradeço imensamente a TODOS os conhecidos, vizinhos, amigos de trabalho, amigos de curso, de Universidade e a todas as pessoas mais importantes e mais próximas envolvidas na minha trajetória durante estes 5 anos, cada pessoa que conheci durante este período me ensinou algo novo seja ele bom ou ruim, o que me permitiu me tornar a pessoa que sou hoje e que serei no futuro! Cada experiência que vivi me possibilitou um conhecimento e este junto com a imaginação é o que me move a não desistir da luta por

condições dignas de existência para todos os cidadãos.

Não vou citar nomes, pois com certeza vou acabar esquecendo de alguém, e cada um em cada momento foi uma peça fundamental no meu desenvolvimento pessoal, que espelha completamente minha formação profissional. Jamais vou esquecer desta fase da minha vida e das pessoas que fizeram parte dela, vou sempre levá-los em meu coração e no pensamento, com a esperança que todos possam ser muito felizes e que possamos sempre compartilhar ótimos momentos. Meu dever com esta graduação é social e isto envolve a preocupação com as pessoas que diariamente lutam pela sobrevivência, sejam eles conhecidos ou não, pessoas que compõem a sociedade brasileira e partilham dos mesmos dramas diários em relação à situação econômica do país.

Para além dos processos econômicos que envolvem riquezas, aprendi que é necessário cada vez mais voltarmos o olhar para os indivíduos que acabam se tornando reféns do sistema econômico e tendo suas vidas condicionadas à variações em escala macroeconômica, sendo reduzidos a números quando o assunto é aplicação de política econômica.

Todos os mercados são de alguma forma imperfeitos, as atividades de intercâmbio engendram necessariamente um processo de concentração de riqueza e poder. Daí a tendência estrutural, observada desde os primórdios do capitalismo industrial, para a formação de grandes empresas.

Celso Furtado.

DOS SANTOS, Anna Paula Pinheiro. **O mercado de trabalho no Brasil (2014-2019)**. 2022. 43 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Econômicas - Economia, Integração e Desenvolvimento) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2022.

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo a análise da reversão do cenário de crescimento econômico brasileiro e as consequências para o mercado de trabalho no Brasil no período 2014-2019.

Para análise retrospectiva do desempenho da economia brasileira entre 2003 e 2013 foram utilizados os dados do Sistema de Contas Nacionais do IBGE (2019) onde foi possível observar a trajetória dos principais indicadores de crescimento como o PIB, o investimento e o consumo das famílias, responsáveis pela retroalimentação do sistema econômico. Nesta seção foram destacadas as principais dificuldades do setor da indústria, que passou por um processo de desadensamento da estrutura produtiva culminando na desindustrialização da pauta exportadora, devido ao baixo estímulo ao investimento, além do impacto das decisões de política econômica do governo na economia nacional, destacando a decisão pelas desonerações fiscais, na tentativa de aquecimento da economia pela via dos investimentos privados.

Neste trabalho também foi possível compreender a característica estrutural da inserção subordinada do Brasil na economia mundial e as consequências da deterioração dos termos de intercâmbio para a balança comercial nacional. Para evidenciar o impacto deste cenário nos indicadores desfavoráveis do mercado de trabalho, foram utilizados dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio-Contínua (PNAD-Contínua, 2020), que evidenciaram o aumento do desemprego a partir de 2014 e a perda de poder de compra da população através do indicador do consumo das famílias. Conclui-se que a adoção de reformas estruturais como a Emenda Constitucional 095 e a Reforma Trabalhista, sob justificativa de aumento de contratações não foram eficazes para conter o avanço do desemprego, já que não reduziu o desemprego, além de determinar a precarização da proteção social e das relações de trabalho.

Palavras-chave: indústria; desenvolvimento econômico; reforma trabalhista; mercado de trabalho; proteção social.

DOS SANTOS, Anna Paula Pinheiro. **The labour market in Brazil (2014-2019)**. 2022. 43 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Economic Sciences - Economics, Integration and Development) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2022.

ABSTRACT

This paperwork has as objective the analysis of the Brazilian economic growth scenario and the consequences in the labour market in Brazil in the period 2014-2019. To retrospective analyse of the Brazilian's economy performance between 2003 and 2013 was used the National Accounting System data of the IBGE (2019) where was possibly to observe the path of the main growing indexes such as GDP, investment, and the household consumption, responsible of the economic system feedback. In this section were highlighted the main industry sector difficulties, that went by a thinning-out process of the productive structure ending up in the de-industrialization of the exporting agenda, due to the investment low encouragement, in addition to the political economy decisions in the national economy, highlighting the tax exemption decision, trying to heat the economy through privet investments.

In this paperwork was, also, possible to understand the structural characteristic of the Brazil's subordinated insertion in the global economy and the consequences of the terms-of-trade decline to the national trade balance. To demonstrate the impact of this scenario in the unfavourable labour market indexes, were used the National Survey by Residence- Continues Sample (PNAD-Contínua, 2020) data, that evidenced the unemployment rise since 2014 and the purchase power loss of the population through the household consumption index. It is concluded that the adoption of structural reforms such as Emenda Constitucional 095 and the Labour Reform, in the justification of the contracts rising were not efficient to contain the unemployment ongoing, because it was not reduced, besides those reforms determined the social and labour relations protection precariousness.

Key words: industry; economic development; labour reform; labour market; social protection.

DOS SANTOS, Anna Paula Pinheiro. **El mercado de trabajo em Brasil (2014-2019)** 2022. 43 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciencias Económicas - Economía, Integración y Desarrollo) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2022.

RESUMEN

El presente trabajo tuvo como objetivo analizar la reversión del escenario de crecimiento económico brasileño y las consecuencias para el mercado de trabajo en Brasil en el período 2014-2019.

Para el análisis retrospectivo del desempeño de la economía brasileña entre 2003 y 2013, fueron utilizados los datos del Sistema de Cuentas Nacionales del IBGE (2019), donde fue posible observar la trayectoria de los principales indicadores de crecimiento como el PIB, la inversión y el consumo de los hogares, responsables por la retroalimentación del sistema económico. En este apartado se destacaron las principales dificultades del sector industrial, que pasó por un proceso de detallido de la estructura productiva que culminó con la desindustrialización de la agenda exportadora, debido al bajo estímulo a la inversión, además del impacto de las decisiones de política económica del gobierno en la economía nacional, destacando la decisión por exenciones tributarias, en un intento de calentar la economía a través de inversiones privadas.

En este trabajo también fue posible comprender la característica estructural de la inserción subordinada de Brasil en la economía mundial y las consecuencias del deterioro de los términos de intercambio de la balanza comercial nacional. Para resaltar el impacto de este escenario en los indicadores desfavorables del mercado laboral, se utilizaron datos de la Encuesta Nacional Continua por Muestreo de Hogares (Continuous-PNAD, 2020), que evidenció el aumento del desempleo a partir de 2014 y la pérdida de poder adquisitivo de la población a través del indicador de consumo de los hogares. Se concluye que la adopción de reformas estructurales como la enmienda constitucional 095 y la reforma laboral, bajo justificación de aumento de la contratación no fueron efectivas para contener el avance del desempleo, ya que no redujo el desempleo, además de determinar la precaria naturaleza de la protección social y las relaciones laborales.

Palabras clave: industria; desarrollo económico; reforma laboral; mercado de trabajo; protección social.

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 1 - Variação (em volume). Indicadores selecionados. Brasil. (2009-2019)

Tabela 2 - Variação percentual de pessoas ocupadas por grupamento de atividade - Brasil (2013-2019).

Tabela 3 - Variação média anual de indicadores selecionados (2012-2019)

Gráfico 1 - Variação (%) de indicadores selecionados e Taxa de Investimento. Brasil (2001-2019).

Gráfico 2 - Evolução da taxa de desemprego entre 2003 e 2014.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNDES Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CLT - Consolidação da Leis do Trabalho

EC - Emenda Constitucional

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

PNAD - Contínua - Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio Contínua.

PEA - População Economicamente Ativa

PIA - População em Idade Ativa

PIB - Produto Interno Bruto

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PT - Partido dos Trabalhadores

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 EVOLUÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA NO PERÍODO RECENTE.....	17
3 MERCADO DE TRABALHO.....	28
3.1 REFORMA TRABALHISTA.....	37
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
REFERÊNCIAS.....	42

1. INTRODUÇÃO

Antes de iniciar os apontamentos teóricos relacionados ao presente trabalho, se faz necessária uma introdução que esclareça os principais motivos que me levaram a abordar este tema para adquirir o título de Bacharel em Ciências Econômicas com ênfase em Economia, Integração e Desenvolvimento. A grave crise que passou o Brasil a partir de 2014 impactou a população de forma direta através das elevadas taxas de desemprego e do aumento dos preços decorrentes do processo inflacionário. As altas taxas de desemprego impactam as faixas etárias e no momento que decidi cursar Economia estava em uma situação de desalento, já que não obtive sucesso na procura por emprego na cidade que nasci, São Paulo (SP), após a conclusão do ensino médio.

Na tentativa de compreender o que estava ocorrendo com o país, que travava o meu processo de obtenção de um emprego, em uma situação que não tinha experiência comprovada em carteira, conheci os fundamentos do curso de Economia e acreditei que esta seria uma possibilidade de mudar a minha situação e a de milhares de pessoas que se encontravam na mesma situação que eu, em um país em crise, onde o debate político estava fervoroso, as manifestações populares estavam “a todo vapor” e as notícias diárias rondavam em torno do alarde para a questão do desemprego, principalmente na região do ABC Paulista, área de concentração industrial.

Me mudei para Foz do Iguaçu (PR), na esperança de viver em uma cidade onde o custo de vida era mais baixo, onde o setor terciário era prevalente e eu conseguiria obter maiores oportunidades, aliado também à questão do turismo. Com pouco conhecimento da burocracia acadêmica para obtenção de bolsas de estudos no primeiro ano de faculdade busquei emprego formal e não encontrei, me inserindo em atividades informais, assim, pude perceber que a situação do desemprego não estava concentrada na capital paulista, além do intercâmbio com colegas de diversas partes do Brasil que puderam compartilhar este mesmo cenário em seus estados de origem. No meu segundo ano de graduação consegui um estágio, de forma que consegui conciliar estudos e trabalho.

No meio do percurso me deparei com a pandemia da COVID-19, que mais uma vez, impôs barreiras ao mercado de trabalho brasileiro, implicando em uma situação de desalento para boa parte da população, mas em 2020 formalizei meu contrato de trabalho em uma empresa privada, onde eu não exercia atividade relacionada a minha área de graduação.

Nestes cinco anos de universidade, estive trabalhando e consegui encontrar algumas respostas para minhas inquietações, mas em contrapartida posso afirmar que obtive ainda mais questionamentos em relação à minha condição de classe trabalhadora, que ousou buscar conhecimento em uma universidade pública, considerando minhas convicções em relação ao pagamento pelos estudos e a distância que descobri da universidade pública para a classe trabalhadora.

No ambiente em que busquei acolhimento para compreensão desta situação, presenciei algumas situações de desestímulo e falta de compreensão em relação às distintas jornadas neste ambiente. Muito ouvi falar neste ambiente sobre a importância da classe trabalhadora para o país, enquanto objeto de estudo, porém, pouco me deparei com colegas que efetivamente exerciam esta função nos corredores da universidade, e mais ainda, pouco me deparei com empatia para lidar com indivíduos que não tem total disponibilidade para a academia¹.

Sobre este processo, sigo acreditando na universidade pública como pilar de conhecimento para a classe trabalhadora através das atividades de extensão, acredito que é necessário cada vez mais aumentarmos o debate e a crítica em relação à importância da universidade pública para estender conhecimento e senso crítico aos trabalhadores e trabalhadoras deste país, para que cada vez mais reconheçam sua importância e contribuição para a economia nacional e seu impacto efetivo no dia a dia, processado pela questão do emprego e da inflação.

Dito isto, este trabalho de conclusão de curso tem por objetivo analisar a reversão do cenário econômico brasileiro e as consequências para o mercado de trabalho no Brasil no período 2014-2019. Para isso, será destacado as dificuldades do setor da indústria em um cenário bastante adverso, destacando os problemas da nossa estrutura produtiva - concernentes ao atraso dos setores mais intensivos em tecnologia e ainda dos serviços mais sofisticados relacionados a esses setores - e seus impactos sobre a economia e o mercado de trabalho. Metodologicamente, serão analisados dados do Sistema de Contas Nacionais (IBGE) e da Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio Contínua (PNAD-Contínua).

As principais dificuldades para a economia brasileira que serão tratadas no presente trabalho dizem respeito à: contração da indústria, setor responsável pelo dinamismo econômico, o impacto dessa contração no elevado índice de desemprego do

¹ Nos editais de extensão e iniciação científica fica clara a necessidade de total disponibilidade do aluno às atividades de pesquisa, não havendo chance para quem não dispõe de bolsa acadêmica.

país e as opções de política econômica adotadas pelos governantes para conduzir o país em meio a crise com destaque para as desonerações fiscais e as reformas estruturais, considerando ainda as dificuldades de condução da economia nacional, provocadas pelos impactos do cenário internacional.

Com o cenário econômico adverso, os indicadores do mercado de trabalho demonstram uma profunda reversão do cenário virtuoso vigente por cerca de dez anos, que vigorou entre 2003 e 2013. Desde 2014, ocorreu a queda dos indicadores de crescimento, como o PIB e a taxa de investimento e o aumento excessivo do desemprego. A economia seguiu em queda entre os anos 2015 e 2016 quando o país experimentou dois anos seguidos de recessão, seguida de frágil recuperação nos três anos seguintes. Essa leve recuperação se deu juntamente com o forte crescimento dos empregos precários (sem carteira, conta própria, intermitente etc.), o que foi agravado, sobremaneira, com a reforma trabalhista de 2017, impondo uma ampla flexibilização das condições de uso e remuneração da força de trabalho.

Desta maneira, será levado em consideração as políticas adotadas pelos governos em exercício para conter os avanços da crise e as consequências para a economia e o mercado de trabalho. Primeiramente, a opção pelas desonerações fiscais nos anos de 2012 e principalmente em 2015 e depois, o agravante da aprovação da reforma trabalhista em 2017, cuja justificativa era retirar os impedimentos para o aumento das contratações pelas empresas, e as consequências negativas dessa reforma para a seguridade social e estabilidade dos empregos formais.

Sendo assim, a hipótese do presente trabalho é que as políticas adotadas em meados de 2015 pelo Governo Dilma (PT) cujo objetivo era controlar o nível de preços do país foi um dos fatores que contribuiu com a recessão em dois anos seguidos, impactando na elevação do desemprego. E as políticas adotadas em 2017 pelo governo Michel Temer (PMDB) para solucionar o problema econômico e do emprego no país, através da reforma trabalhista, tornou mais precária a proteção do trabalhador empregado, sem que isso gerasse ampliação do emprego em número suficiente para incorporar todos os trabalhadores que buscam emprego remunerado.

A adoção de políticas voltadas ao lado da oferta da economia, como é o caso de uma desoneração ou uma reforma flexibilizante no mercado de trabalho, sem uma política de reconstituição da demanda (do consumo) não parece a melhor resposta para a crise. Desta forma, entende-se que a melhoria dos indicadores de crescimento, emprego e renda poderiam ter sido retomados a partir de políticas nacionais de investimento que

estimulassem o desenvolvimento industrial e a demanda interna, desencadeando a abertura de diversos postos de trabalho formais, possibilitando o aumento do consumo e a recomposição do poder de compra nacional.

Considerando a queda da taxa de investimento a partir de 2014 (queda de 19,9% em 2014 para 14,6% em 2017)², é possível observar o processo de desadensamento das cadeias produtivas que abateu o país, implicando na fragilidade competitiva da indústria, na quebra dos elos formados com o terceiro setor e consequente especialização regressiva da pauta exportadora. Este cenário acarretou na perda de diversos postos de trabalho, quando a economia observou um aumento da taxa de desemprego de 81,9% entre os anos de 2014 e 2018, segundo Pochmann (2018).

Sendo assim, o objetivo do presente trabalho é analisar a evolução da economia brasileira em crise e sua influência no mercado de trabalho entre 2014 e 2019 que foi caracterizado por altas taxas de desemprego, aumento do emprego informal e do subemprego. Ainda será analisado o impacto que teve o arrefecimento da atividade industrial e o cenário macroeconômico recessivo no mercado de trabalho quando ficou evidente a crise política e a recessão econômica que abateram o país, acompanhado da piora generalizada dos indicadores de emprego e renda, situação contrária ao cenário favorável de crescimento econômico, aumento do emprego e de distribuição de renda vigorou entre os anos de 2003 e 2013, período que será comentado, visando a compreensão do período analisado (2014-2019).

Será feita uma análise estatística descritiva da economia brasileira, no período que vai de 2014 a 2019, que teve seu início marcado pela ruptura com as políticas macroeconômicas que possibilitaram o crescimento com inclusão social (2003-2013). Tendo em vista que no período de crescimento os indicadores que puxaram bons resultados foram o investimento e o consumo das famílias, será dada maior ênfase à opção política das desonerações fiscais adotadas no governo Dilma e a aprovação da reforma trabalhista no governo Temer que se mostraram políticas ineficientes para a retomada do crescimento econômico e principalmente para recomposição da demanda interna.

Considerando o modelo de desenvolvimento característico das economias periféricas e os fatores externos que influenciam na sua trajetória, durante os períodos de elevado e moderado crescimento (2003-2013) e de desaceleração, recessão econômica e estagnação do Brasil (2014-2017), as escolhas de condução de política macroeconômica

²Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais.html>. Acesso em: 12 jul. 2022.

foram cruciais para a definição dos rumos internos da economia. Considerando os fatores externos impostos à economia nacional, revelando os desafios da condução de política macroeconômica em um cenário externo favorável de boom das commodities e o posterior cenário externo desfavorável de retração da demanda externa que contribuiu para a desaceleração econômica.

Relativas ao período de crescimento (2003-2013), estas questões serão tratadas sucintamente de forma que possibilitem a compreensão da trajetória dos indicadores econômicos na transição do período favorável de crescimento para o período de desaceleração em meados de 2014, recessão entre 2015 e 2016 e pouca recuperação econômica entre 2017 e 2019 visando o entendimento da ocorrência da crise já que “no biênio 2015-2016, o país enfrentou a pior crise econômica registrada na história.” (PRATES; FRITZ; de PAULA, 2019, p.4) e suas consequências negativas para o mercado de trabalho brasileiro considerando que “a profunda crise político-institucional em que se encontra o país, vêm ameaçando profundamente o processo de reestruturação do mercado de trabalho que estava em curso.” (SOUEN; CAMPOS, 2018, p.89).

Esta exposição será feita em dois capítulos além desta introdução. O primeiro “Evolução da economia brasileira no período recente” tratará da trajetória econômica de 2003 a 2019 e da mudança do cenário macroeconômico brasileiro entre 2014 e 2019 e seus efeitos para o desempenho da economia. Para isto, será realizada uma revisão bibliográfica dos autores referenciados e serão utilizados os dados estatísticos econômicos do Sistema de Contas Nacionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE).

O segundo capítulo “Mercado de trabalho” busca abordar as consequências da dinâmica macroeconômica para o mercado de trabalho, mostrando de que forma a população sentiu os efeitos das políticas adotadas, evidenciado pelo aumento do desemprego e precarização das relações de trabalho. Para isto, será realizada uma revisão bibliográfica dos autores referenciados, juntamente com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD-Contínua).

2. EVOLUÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA NO PERÍODO RECENTE.

Nesta seção, serão abordados dados e informações referentes à condução das políticas cambial, monetária, fiscal e da estrutura produtiva da economia brasileira referentes ao período de 2014 a 2019, quando foi observado baixo desempenho econômico. Para compreender o processo de retração da atividade econômica brasileira, será realizada uma breve apresentação das principais características da economia brasileira no período 2003-2013 e suas limitações, além das contribuições teóricas dos economistas de tradição heterodoxa.

A década de 1990 começou com um novo governo eleito democraticamente depois de quase três décadas. O governo Collor de Melo, no plano econômico buscou implementar uma política alinhada às teses do chamado Consenso de Washington³. Sob o argumento de modernizar a economia e estimular a competitividade da indústria nacional, promoveu uma ampla abertura comercial, de forma não planejada, levando ao fechamento de grande número de empresas, sobretudo de pequenas e médias que se encontravam mais frágeis financeiramente.

Além do fechamento de empresas, ocorreu também a desnacionalização de várias empresas. Esse processo foi acentuado com a política econômica que se seguiu à implementação do Plano Real, que logrou estancar o processo inflacionário: metas de inflação, superávits fiscais e, após 1999, câmbio flexível. Essa orientação de política econômica ainda perdura e foi intensificada com o estabelecimento do teto de gastos e independência do Banco Central.

O atraso industrial do país, que vinha da crise dos anos 1980, continuou aumentando nos anos 1990, caracterizado por um período de desadensamento da estrutura produtiva, em decorrência do processo de abertura comercial e desregulamentação financeira abrupta, que levou a um intenso processo de reestruturação produtiva e privatizações, fazendo com que, em momentos favoráveis à atividade econômica, modestos aumentos do PIB fossem acompanhados de forte ampliação da importação de produtos manufaturados. O desempenho da balança comercial, com uma moeda sobrevalorizada, acentuou o saldo negativo em transações correntes do Brasil, que

³ O Consenso de Washington defende a supremacia dos mercados como ordenador da vida econômica dos países, com redução do papel do Estado, privatização das empresas públicas, abertura comercial e financeira. Em suma, as ideias que passaram a conduzir as políticas da maior parte dos países e que ficaram conhecidas como políticas neoliberais. Sobre isso ver: Batista Júnior, 2009.

como observa Curado (2006) é uma característica da economia brasileira, sendo raro os momentos em que se observa o contrário, ou seja, superávits nas transações correntes. O fato é que a economia brasileira fechou a década de 1990 com déficit em transações correntes de 25 bilhões de dólares em 2000 quando o PIB aumentou em 4,4%, segundo dados do IBGE.

Apesar da estabilização monetária, a segunda metade da década de 1990 apresentou baixo crescimento, em torno de 2,1% anuais. Esse baixo dinamismo também foi verificado nos primeiros anos da década de 2000, alterando esse comportamento somente a partir de 2004, quando o produto apresenta crescimento consistente. Segundo Souen (2018), no período entre 2003 a 2013, a economia brasileira experimentou uma fase de crescimento com inclusão social, com um crescimento médio anual de 3,7% e contou com maior participação do Estado na economia através dos investimentos, dado a importância dos bancos público e das estatais neste período, possibilitando a adoção de políticas de demanda com estímulo ao consumo para puxar o crescimento, como no caso das políticas de crédito, a valorização do salário mínimo e da adoção de políticas redistributivas que impulsionaram o consumo das massas⁴ - principal motor do período de crescimento.

O período contou com apreciação cambial, resultante da afluência de dólares por conta da valorização do preço das *commodities* num cenário externo favorável ao setor primário da economia brasileira, que ampliou o volume exportado ao longo do período, principalmente ao continente Asiático, sobretudo à China, mas também à Europa, impulsionando a retomada do crescimento do produto e transbordando para os demais setores da atividade econômica (SOUEN, 2018).

Nesse período, o aumento do PIB foi sustentado pelo avanço do mercado doméstico, a partir do crescimento do consumo, impactado pelo avanço da renda e “um crescimento do emprego formal bastante expressivo e em ritmo superior ao do aumento do PIB” (SOUEN, 2018, p. 97), enquanto reduziu a participação do trabalho informal - trabalhadores sem registro em carteira e trabalhadores por conta própria - no total de ocupados, o que rebateu tanto sobre o investimento como na arrecadação das receitas públicas, o que possibilitou o uso do instrumento fiscal para o enfrentamento da pobreza, das desigualdades sociais e regionais.

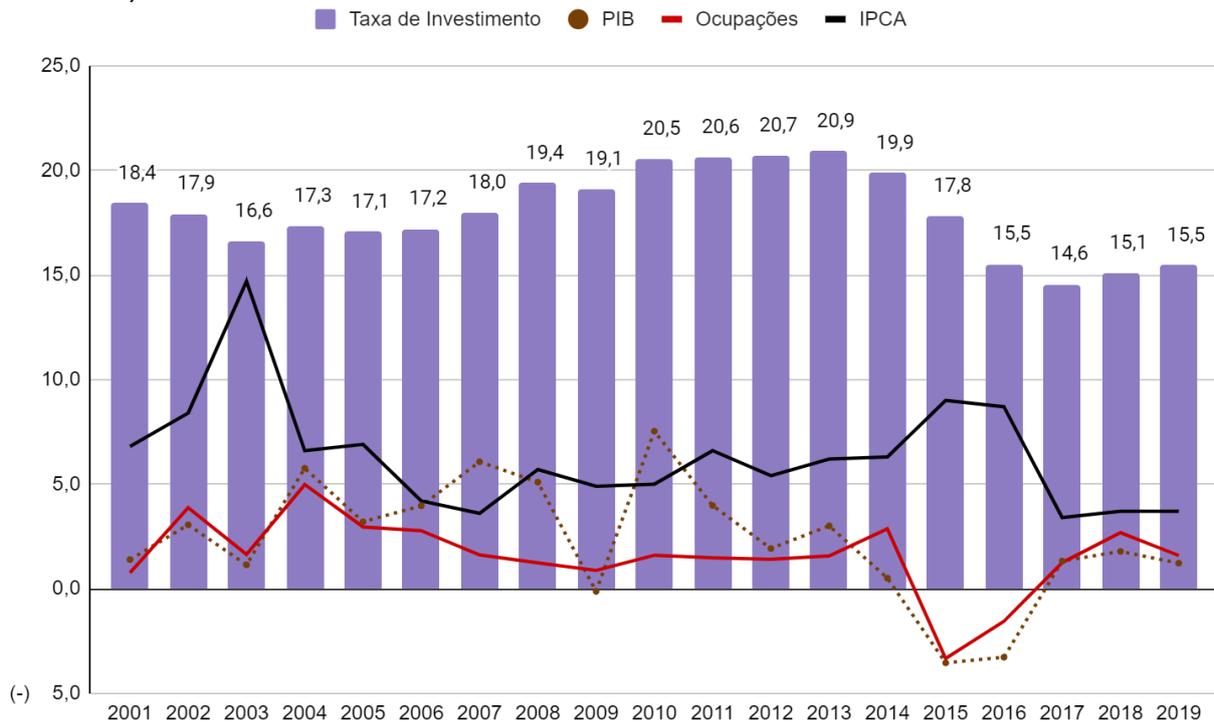
⁴ Neste aspecto, teve papel destacado na recuperação do poder de compra a definição de um critério de reajuste do salário mínimo, adotado a partir de 2007, que permitiu a elevação do salário mínimo em termos reais (SOUEN, 2018).

Esse movimento foi se retroalimentando, favorecido pelo avanço das políticas sociais, como a ampliação do crédito imobiliário, as transferências de renda (Bolsa Família) e a recuperação do poder de compra do salário mínimo. Por outro lado, a ampliação do número de ocupados e a redução do desemprego, fortaleceu o conjunto dos trabalhadores, que voltaram a obter nas negociações coletivas reajustes salariais dos pisos das categorias profissionais acima da inflação. Em decorrência disso, as diferenças de renda entre os trabalhadores foi se reduzindo, ou seja, diminuindo a desigualdade de renda entre os ocupados, o que levou à melhoria dos indicadores econômicos e sociais (SOUEN, 2018; MANZANO; CALDEIRA, 2017).

A análise dos dados sobre o comportamento do produto, do nível de preços, da ocupação e da taxa de investimento ao longo das duas décadas deste século (figura 1) permite uma ideia de como foi o desempenho da economia brasileira nesse período. É possível observar que depois de uma elevação do nível de preços nos primeiros anos da década de 2000, quando atingiu seu pico, o governo conseguiu conter a inflação reduzindo seu ritmo. O controle da inflação, por sua vez, foi acompanhado pelo crescimento do produto, cujo aumento médio ao ano na década foi da ordem de 3,7%, em grande medida por conta da crise de 2008 que fez com que em 2009 o PIB ficasse estagnado.

Em relação ao nível de ocupações, o bom desempenho também pode ser observado pelo ritmo de crescimento anual, depois de um pico em 2004, de 5%, o número de pessoas ocupadas continua crescendo, porém em menor ritmo de expansão. Como afirmado anteriormente, o crescimento do produto ocorreu sobretudo por conta da expansão do saldo comercial e do consumo das famílias, enquanto o investimento teve menor participação. Como pode ser observado, a taxa de investimento caiu no começo da década de 2000, recuperando-se somente a partir da segunda metade da década chegando ao final desta com uma taxa de 20,5% do PIB.

Gráfico 1 - Variação (%) de indicadores selecionados e Taxa de Investimento. Brasil (2001-2019)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais.html>>. Acesso em: 12 jul. 2022. Elaboração Própria.

Apesar do recuo do produto em 2009, a crise de 2008 não alterou a trajetória da economia imediatamente. Como pode-se observar no gráfico 1, a economia apresentou boa recuperação em 2010. O investimento apresentou crescimento nos anos seguintes, até 2014 em torno de 20% do PIB, enquanto a inflação seguiu estável mesmo com a incidência da crise. Apesar de o número de ocupações não ter apresentado aumento significativo, durante este período as políticas de valorização do salário mínimo e de estímulo ao consumo possibilitaram uma boa margem de poder de compra para a população, o que fez com que o consumo das famílias tivesse uma contribuição para a sustentação da economia (SOUEN, 2018).

De forma geral, pode-se dizer que entre 2003 e 2013, a inflação e o nível de ocupação permaneceram estáveis, contidas com políticas cambiais, de renda e emprego. Em relação ao PIB, inicialmente apresentou valores satisfatórios com boa recuperação após a crise de 2008, seguida de retração do crescimento (considerando o impacto da desaceleração mundial), até o arrefecimento em 2014 e posterior recessão. O investimento seguiu em lenta trajetória de aumento, sendo interrompido em 2014 quando iniciou a queda do indicador. A partir de então, como aponta Pochmann (2018) ao se

observar a trajetória do produto, verifica-se que o investimento (medido pela formação bruta de capital fixo) foi o principal elemento que possibilitou a compreensão da redução da atividade econômica, que levou à retração do PIB e do emprego, impactando a renda da população.

O governo Dilma Rousseff (PT), que se inicia em 2011, foi marcado pela tentativa de equilíbrio dos preços e das contas do governo a partir da decisão pelas desonerações fiscais e a aspiração de uma estratégia de desenvolvimento guiada pelo Estado e aliada ao setor privado, visando o aumento do emprego formal, numa tentativa de retomada do setor produtivo da economia pelo lado da oferta, com geração de investimentos e emprego. Depois do ajuste promovido no primeiro ano, a partir de 2012 o governo federal volta a expandir o gasto público, porém alterando a sua composição⁵ com vista a estimular o investimento privado, dentro do projeto industrialista colocado pelo governo, que visava a superação das restrições estruturais. A estratégia buscou, através da política fiscal, melhorar a rentabilidade empresarial, por meio de desonerações fiscais e subsídios ao crédito, na expectativa de estimular o investimento (MELLO; ROSSI, 2017).

Ao analisarem a estratégia industrialista do primeiro governo Rouseff, os autores consideram difícil afirmar com precisão seu “legado”, haja vista que o investimento, apesar de se ter mantido até meados de 2013, não respondeu às medidas macroeconômicas de estímulo à expansão da oferta, uma vez que a produção interna é bastante dependente de importações e dos ganhos financeiros. Com isso, as desonerações fiscais e os subsídios creditícios foram insuficientes para melhorar a rentabilidade das empresas, expostas à concorrência internacional. A partir de meados de 2013, amplia-se a deterioração fiscal e a pressão dos preços, enquanto a atividade econômica desacelera. Mesmo assim, o desemprego continua baixo, o que permite que o apoio ao governo por parte da população, sobretudo entre as camadas de baixa renda, se mantenha, fato que permitiu a vitória da presidenta nas eleições para um segundo mandato (MELLO; ROSSI, 2017).

⁵ Mello e Rossi (2017), argumentam que não houve corte de gastos absoluto do governo, o que ocorreu foi a alteração na composição do gasto, por exemplo: o gasto com investimento foi reduzido, visando estímulo do setor privado, enquanto as despesas sociais (Bolsa Família e Minha Casa Minha Vida) nos primeiros anos aumentaram; as desonerações e subsídios promovidas pelo governo ao setor privado foram compensadas com capital público, implicando na diferença entre o arrecadado e o despendido, e segundo Mello e Rossi (2017): “Essa deterioração decorre tanto da queda do ritmo de crescimento econômico, quanto das novas desonerações, que somaram R\$ 342,340 bilhões entre 2011 e 2015 (MELLO E ROSSI, 2017, p.11).

Cabe assinalar que, no caso da deterioração fiscal, o problema não residia na ampliação de gastos, como se poderia - ou uma observação mais rápida - supor, mas sim pelo lado da receita como resultado da desaceleração da atividade econômica. Como afirmam Mello e Rossi (2017) e Prates, Fritz e de Paula (2019, p.22), a “forte deterioração da situação das contas públicas foi provocada pela queda das receitas decorrente da desaceleração da economia e das desonerações fiscais.”

Na Tabela 1 são apresentados os indicadores de variação do PIB nacional, bem como, a variação do PIB mundial e do fluxo de bens e serviços para o mesmo período. A trajetória dos principais indicadores econômicos nacionais e internacionais apresentados auxilia na compreensão de como a diminuição do comércio internacional a partir de 2011 também impactou na queda da atividade da economia brasileira. Desta forma, é possível observar a influência da desaceleração da atividade econômica internacional e da redução dos fluxos internacionais na queda do PIB brasileiro, que sofreu impacto mais forte do que o observado no mundo a partir de 2014, quando é observada a ampliação do déficit fiscal.

Devido à desaceleração da demanda externa, as exportações brasileiras arrefeceram, atingidas pelo acirramento da concorrência mundial, impactando tanto as *commodities* (quantidades e preços) como os bens manufaturados e com o cenário de desaceleração do comércio internacional, a desaceleração do PIB foi inevitável, sobretudo após 2011/2012, impactando fortemente nos investimentos⁶, sobretudo no setor da indústria, quando o Valor Adicionado Bruto apresentou retração de 4,1% em 2011 para -0,7% em 2012, chegando a -5,8% no ano de 2015 (IBGE, 2019).

⁶ A Formação Bruta de Capital Fixo variou de 5,8% em 2013, para -4,2% em 2014, seguido de retração de -13,9% em 2015 e -12,1% em 2016, evidenciando a debilidade do investimento no período em questão, que apresentou trajetória de queda a partir de 2013 até o ano de 2017 (tabela 1).

Tabela 1 - Variação (em volume). Indicadores selecionados. Brasil. (2009-2019)

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
PIB Nacional	(-) 0,1	7,5	4,0	1,9	3	0,5	-3,5	-3,3	1,3	1,8	1,2
PIB mundial	(-) 0,1	5,4	4,3	3,5	3,5	3,6	3,5	3,3	3,8	3,6	2,8
Comércio int de bens e serviços	(-) 10,4	12,7	7,1	3,1	3,6	3,8	2,9	2,3	5,6	3,9	0,9
Exportação de bens e serv.	(-) 9,2	11,7	4,8	0,7	1,8	(-) 1,6	6,8	0,9	4,9	4,1	(-) 2,6
Importação de bens e serv.	(-) 7,6	33,6	9,4	1,1	6,7	(-) 2,3	(-) 14,2	(-) 10,3	6,7	7,7	1,3
Saldo em transações correntes (1 000 000 000 US\$)	(-) 26,4	(-) 79,2	(-) 76,5	(-) 84,4	(-) 80,0	(-) 101,7	(-) 54,8	(-) 24,5	(-) 22,0	(-) 51,5	(-) 65,0
Despesa de consumo final	4,1	5,7	4,2	3,2	3	1,9	(-) 2,8	(-) 2,9	1,3	2	1,9
Despesa de consumo das famílias	4,4	6,2	5	3,5	3,6	2,3	-3,2	-3,8	2,1	2,3	2,6
Despesa de consumo do governo	2,9	3,9	2,2	2,3	1,5	0,8	-1,4	0,2	-0,7	0,8	-0,5
Formação bruta de capital fixo - FBCF	-2,1	17,9	6,8	0,8	5,8	-4,2	-13,9	-12,1	-2,6	5,2	4
Taxa de investimento - FBCF/PIB	19,1	20,5	20,6	20,7	20,9	19,9	17,8	15,5	14,6	15,1	15,5
IPCA	4,9	5	6,6	5,4	6,2	6,3	9	8,7	3,4	3,7	3,7
Taxa de juros SELIC	9,9	9,8	11,6	8,5	8,2	10,9	13,3	14	9,9	6,4	6
Taxa de câmbio (R\$/US\$)	2	1,8	1,7	2	2,2	2,4	3,3	3,5	3,2	3,7	3,9

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais, 2019. Elaboração Própria

Já no primeiro ano do segundo mandato, a política econômica dá um giro para a ortodoxia, abandonando a estratégia do primeiro governo e as diretrizes defendidas durante a campanha eleitoral. Assim, a partir de 2015 intensificou-se as políticas de austeridade. Capitaneado pelo ministro da economia, Joaquim Levy, um forte choque, que abrangeu medidas de restrição fiscal, monetário, creditício e cambial, levou a economia brasileira que já vinha desde meados de 2013 em desaceleração para a recessão, afetando as ocupações (gráfico 1) e conseqüentemente a renda e o consumo das famílias, que vinha mantendo a atividade econômica com a redução do investimento (MELLO; ROSSI, 2017).

A partir de 2014, fica nítido o choque negativo nos indicadores apresentados no gráfico 1. Depois do aumento de apenas 0,5% no PIB em 2014 e recuo de -3,5% em 2015 e -3,3% em 2016, acompanhado da queda brusca da taxa de investimento e salto da inflação, o crescimento do produto se deu num ritmo lento, em torno de 1,5% em média de 2017 a 2019, e seu impacto no mercado de trabalho nacional se expressa pela retração excessiva das ocupações nos dois piores anos do período (retração de -3,3% em 2015 e -1,6% em 2016). Isto fica mais evidente quando se observa os dados da PNAD Contínua⁷ para o número de pessoas ocupadas, este reduziu de 91,6 milhões em 2015 para 89,9 milhões em 2016, enquanto o número de pessoas desocupadas se ampliou, o qual passou de 6,6 milhões em 2014 para 13,1 milhões em 2017.

A adoção das políticas de austeridade além de não resultarem no aumento das contratações formais, acarretou em menor arrecadação pública, dificultando a atuação estatal na tomada de investimentos e distribuição de renda. Quando observada a despesa do governo (Tabela 1), verifica-se que em 2010 houve um aumento de 3,9%, já em 2014 o aumento foi pouco expressivo (0,8%), passando a apresentar variação negativa em 2015 (-1,4%).

A política econômica do governo que antecedeu à crise de 2015 já rondava em torno da tentativa de sustentação econômica e controle fiscal recorrendo à políticas de oferta, com pouca recuperação dos investimentos e voltando sua política para a exportação de produtos primários, num contexto de sobreapreciação cambial causado pelo fenômeno da doença holandesa⁸, combinado com aumento das taxas de desemprego e conseqüente redução do consumo, principal motor do período anterior de crescimento (PRATES; FRITZ; de PAULA, 2019). Evidente a decadência da despesa com consumo das famílias a partir de 2015 quando começa a apresentar valores negativos de crescimento indicando impacto negativo na renda, com a redução da capacidade de consumo da população (tabela 1).

A junção dos fatores desvalorização do real⁹ - que provocou queda no preço das *commodities*, barateou as exportações de produtos primários e encareceu a importação de manufaturados -, aumento das taxas de juros e da inflação - principalmente a partir de 2015 - provocaram o desaquecimento do mercado interno e redução da demanda

⁷ Ver: [Divulgação trimestral | IBGE](#).

⁸ Segundo Bresser e Gala (2010), "A doença holandesa ou maldição dos recursos naturais pode ser definida como a sobreapreciação crônica da taxa de câmbio de um país causada por rendas ricardianas que o país obtém ao explorar recursos abundantes e baratos" (BRESSER; GALA, 2010, p. 671).

⁹ "Em janeiro de 2014 a taxa de câmbio média foi de 2,63 R\$/US\$, enquanto no mesmo mês de 2015 a taxa média foi de 4,05 R\$/US\$, o que representou uma desvalorização de mais de 50% do real em relação ao dólar" (MELLO E ROSSI, p.3, 2017)

agregada nacional devido à perda de poder de compra, considerando ainda a dificuldade de obtenção de crédito - influência das altas taxas de juros-, evidenciando o impacto na renda, através da perda do poder de compra da população, causada também pelo aumento da taxa de desocupação que aumentou 87,7% entre os anos 2014 e 2019, enquanto a taxa de ocupação aumentou somente 1,9% no mesmo período (IBGE - PNAD Contínua, 2020).

Este contexto de desestímulo ao consumo, seguido de retração constante das taxas de investimento revelaram a inércia dos agentes privados em relação à geração de postos de trabalho mesmo com as desonerações promovidas, impedindo a recomposição da demanda pelos setores público e privado e acarretando o retorno de elevado número de trabalhadores em condição de desemprego revelando o impacto do cenário econômico recessivo no mercado de trabalho (SOUEN; CAMPOS, 2016).

Desta forma, os anos de 2015 e 2016 foram marcados pela piora de alguns indicadores macroeconômicos e de emprego, causando a recessão econômica. Segundo Mello e Rossi (2017), quando observada a trajetória do PIB, esse foi o pior patamar desde a crise dos anos 30, e teve a dificuldade de recuperação do investimento como principal variável que contribuiu para essa queda.

Em 2016, o cenário econômico brasileiro estava comprometido e desde 2013 o país assistia à uma crise social, representada pelas manifestações de cunho popular decorrentes da crise política que passava o governo. Desta forma, foi processado o movimento histórico de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff (PT) sob o argumento de descontrole das contas públicas, contando com gastos excessivos por parte do governo (pedaladas fiscais)¹⁰ e a nomeação do vice-presidente Michel Temer (PMDB) em 31 de agosto de 2016.

Se nos governos Dilma já havia preocupação com controle de gastos, após a consumação do *impeachment*, e posse do governo de Michel Temer, este tema foi levado à risca. A primeira medida do governo interino foi o congelamento dos gastos públicos sociais por meio da Emenda Constitucional 95¹¹, que estabeleceu um teto de gastos impossibilitando a recomposição da demanda nacional por meio dos mecanismos fiscais,

¹⁰ No presente trabalho, é considerada a queda das receitas decorrentes das desonerações, o empecilho à política fiscal.

¹¹ “Nessa regra, os gastos federais, menos o pagamento de juros sobre a dívida pública, ficarão limitados a um teto definido pelo montante gasto do ano anterior reajustados pela inflação acumulada, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Em síntese, o Novo Regime Fiscal implica um congelamento real das despesas totais do Governo Federal que pressupõe uma redução do gasto público relativamente ao Produto Interno Bruto (PIB) e ao número de habitantes. Ou seja, de acordo com a regra proposta, os gastos públicos não vão acompanhar o crescimento da renda e da população.” (ROSSI E DWECK, 2016, p.1)

já que vinculado a uma política ainda mais ortodoxa do que a adotada no segundo mandato de Dilma, este novo governo buscava o distanciamento do Estado na execução da política fiscal e tinha a redução da dívida pública como prioridade (Uma Ponte para o Futuro, 2015).

A idealização de um projeto de retomada do crescimento e a reestruturação do mercado de trabalho teriam ficado a cargo do governo interino de Michel Temer, se não fosse a opção de recuperação pela adoção de reformas estruturais¹² sob o pretexto de diminuição da dívida pública no campo fiscal e a aposta no modelo agro-exportador para retomada econômica, contando com a inserção competitiva no comércio internacional através da abertura comercial, intenções antecipadas pelo PMDB, no documento "Uma Ponte para o Futuro", em outubro de 2015, que se mostrava preocupado com a questão fiscal no país.

A adoção desta Emenda Constitucional, aliada à análise dos dados da Taxa de Investimento (tabela 1) nos anos de 2018 (15,1%) e 2019 (15,5%), evidenciam que não houve retomada de investimento, já que não houve aumento significativo deste indicador, nem do PIB, revelando que a opção política pela retomada dos investimentos a partir do setor privado não reagiu aos incentivos projetados pelo governo, revelados no documento Uma ponte para o futuro (2015). Apesar da melhora observada na Formação Bruta de Capital Fixo que passou a apresentar variação positiva a partir de 2018 (5,2%), o PIB não acompanhou essa trajetória, tendo crescido apenas 1,8% neste mesmo ano, além de não ter tido grande impacto no aumento do investimento em relação ao PIB.

Os valores apresentados para os indicadores do gráfico 1 não tiveram aumento expressivo entre 2017 e 2019, o aumento do PIB não foi significativo e sua manutenção em níveis baixos, aliado ao comportamento similar das ocupações (gráfico 1) indica que a economia não se recuperou da crise.

Além da adoção da Emenda Constitucional 95 que fixou um teto de gasto para o governo durante 5 anos, o governo Temer também apostou na Reforma Trabalhista e mais tarde na Reforma da Previdência¹³ para conter a crise, já que para o governo interino, o principal problema econômico estava na questão fiscal e no aumento dos gastos públicos, havia necessidade de reformas estruturais:

¹² Entre elas a Reforma Fiscal representada pela adoção da Emenda Constitucional 95, a Reforma da Previdência (2019) e a Reforma Trabalhista (2017).

¹³ Aprovada no governo de Jair Bolsonaro (sem partido).

O Estado brasileiro vive uma severa crise fiscal, com déficits nominais de 6% do PIB em 2014 e de inéditos 9% em 2015, e uma despesa pública que cresce acima da renda nacional, resultando em uma trajetória de crescimento insustentável da dívida pública que se aproxima de 70% do PIB, e deve continuar a se elevar, a menos que reformas estruturais sejam feitas para conter o crescimento da despesa. (UMA PONTE PARA O FUTURO, 2015, p.3).

Até o final de 2019, os esforços do governo para recuperar a confiança dos agentes econômicos internos e externos através da restrição fiscal resultaram em baixos índices de crescimento econômico. Pela tabela 1, observa-se que mesmo com a melhora no comércio de bens e serviços internacionais a partir de 2017, o qual aumentou 5,6%, e com o aquecimento do PIB mundial de 3,8%, a economia brasileira não acompanhou este movimento, apresentando uma pequena recuperação de 1,3% em seu PIB. Segundo Oliveira e Proni (2019), sob o governo Temer, a economia brasileira assistiu à tendência de condução de política econômica pela via neoliberal e a mesma “não foi capaz de restaurar o dinamismo econômico e foi muito prejudicial para o mercado de trabalho” (OLIVEIRA E PRONI, 2019, p.4).

Neste período, a economia brasileira foi sustentada pelo setor agropecuário, visto o esforço do governo em priorizar o agronegócio e a atividade de exportação, e pelos serviços considerando o valor adicionado da agropecuária e dos serviços ao PIB¹⁴ e a parcela de ocupados neste setor, “principalmente daqueles associados à exportação, como transporte e armazenagem” (CALDEIRA & MANZANO, 2018, p.25) indicando a tendência de reprimarização da economia, pela falta de incentivos ao setor industrial evidente também pela queda dos empregos na indústria, enquanto a taxa de investimento seguiu em queda tanto por parte do governo federal quanto do setor privado.

¹⁴ Ver [Sistema de Contas Nacionais: Brasil | IBGE](#)

3. MERCADO DE TRABALHO

Na seção anterior foram abordados o referencial teórico e os dados macroeconômicos que evidenciaram a desaceleração econômica que passou o país, culminando na recessão econômica nos anos de 2015 e 2016. Nesta seção, são apresentados dados referentes ao mercado de trabalho que evidenciam o aumento do desemprego decorrente da queda da atividade econômica a partir de meados de 2012, seguido da precarização e desproteção decorrente das mudanças - de cunho liberalizante - na legislação das relações de trabalho a partir de 2017.

Esse cenário foi bastante desfavorável ao mercado de trabalho brasileiro, tendo em conta o constante movimento de redução das ocupações nos setores de atividade econômica que não contou com apoio ativo do Estado para sua recomposição, especialmente nos momentos de arrefecimento da atividade econômica, situação evidente nos elevados níveis de desemprego, no aumento do emprego não formal e na permanência da alta proporção dos baixos salários médios (SOUEN, 2018).

Considerando que, conforme abordado por Caldeira e Manzano (2017), os defensores da reforma trabalhista, seguidores da teoria neoclássica¹⁵ acreditavam que com a redução da intervenção estatal, a economia iria operar em concorrência perfeita, e o ajuste dos salários seria processado pela lei de oferta e demanda até o perfeito equilíbrio natural. Sendo assim, acreditavam que a causa do aumento do desemprego em curso seria decorrente de imperfeições no mercado, causadas pelas intervenções externas no sistema.

No capítulo anterior foi abordada a questão das desonerações fiscais das folhas de pagamento para o empregador do setor privado, visando o aumento das contratações e foi observado a inércia na recomposição do emprego e a incorporação deste lucro para o capitalista, perspectiva que será tratada no presente capítulo considerando a teoria keynesiana que condiciona os eventos processados no mercado de trabalho à política macroeconômica e atuação dos agentes econômicos, e atribui ao Estado a responsabilidade de intervir nos eixos que o mercado não obtém êxito.

¹⁵ Note-se, portanto, que de acordo com a perspectiva neoclássica, sempre que uma economia puder operar em condições de concorrência perfeita não deverá ser registrado qualquer desemprego involuntário, pois todos que estiverem dispostos a trabalhar em troca do salário de equilíbrio (determinado pela oferta e demanda) encontrarão necessariamente um posto de trabalho. Consequentemente, aqueles poucos que preferirem se manter como desocupados, estariam compondo o que foi chamado de “desemprego natural” e que, em última instância, se restringe ao âmbito das preferências individuais dos próprios trabalhadores. (CALDEIRA E MANZANO, 2017, p.4).

De acordo com Caldeira e Manzano (2017),

Desta perspectiva – a qual se inspira principalmente nas obras de Keynes e de Kalecky o desemprego seria um produto da instabilidade macroeconômica que caracteriza a dinâmica capitalista, portanto, muito mais relacionado a fatores que decorrem da fragilidade dos parâmetros que cercam a decisão do investidor capitalista do que a eventuais falhas ou disfunções observadas no mercado de trabalho. (CALDEIRA E MANZANO, 2017, p.6).

Para Mattei (2020), as mudanças processadas no mercado de trabalho também são condicionadas pelas mudanças em âmbito macroeconômico,

Analisando o funcionamento do mercado de trabalho numa perspectiva histórica, observa-se que ele sempre esteve submetido ao comportamento geral da estrutura produtiva, a qual se transforma e também é transformada por fatores estruturais e conjunturais, especialmente em períodos de crise econômica (MATTEI, 2020, p.113).

A análise dos dados da taxa de desocupação, a comparação entre a geração de empregos formais e informais e a subutilização da força de trabalho possibilitou a compreensão do aumento do número de indivíduos desempregados e subempregados, em postos de trabalho informais e precarizados, e este cenário dificultou a retroalimentação do sistema através do consumo das massas, que possibilitaria a recuperação do indicador de consumo das famílias, principal responsável pelos bons indicadores no período de crescimento, considerando que segundo Mattei e Heinen (2019), o aumento nos postos de trabalho de 68% foi crucial para o satisfatório crescimento da economia nacional entre 2003 e 2014.

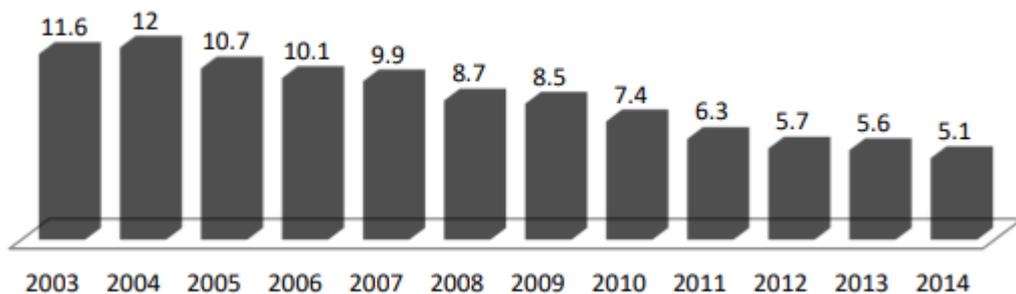
Diante das altas taxas de desemprego, verificadas a partir de 2015 com a recessão e que afetou de forma diferenciada os vários setores da atividade econômica e, em consequência, o nível de emprego em cada um dos setores de atividade, faz-se uma análise do nível de emprego por setor de atividade, de acordo com os dados do IBGE e da PNAD-Contínua, onde é possível verificar o aumento das demissões, que gerou impacto negativo no emprego no setor industrial.

O período de crescimento dos anos 2000 contou com cenário externo favorável de *boom das commodities* e forte entrada de capitais internacionais, estimulada pelas elevadas taxas de juros, que levou à valorização cambial e manteve a inflação controlada, propiciando a importação de insumos e bens finais a baixo custo, aumentando a atividade econômica e acarretando no aumento dos postos de trabalho e do emprego formal, o qual obteve um aumento médio anual de 6,3% entre 2003 e 2008 em ritmo superior ao do PIB, que foi de 5,1% (SOUEN; CAMPOS, 2016).

As condições macroeconômicas favoráveis ao emprego e a renda, possibilitaram também a organização dos trabalhadores e o aumento das formalizações dos contratos de trabalho em relação aos contratos informais. Este movimento possibilitou a composição da renda e da demanda agregada. Somado a isso, a política de valorização do salário mínimo, as medidas de ampliação do acesso ao crédito, estimulando o consumo via endividamento, e a políticas sociais de transferência de renda – Programa Bolsa Família – ampliaram o poder de compra do conjunto da população, favorecido ainda pela estabilidade do nível de preços. Tais fatores fizeram com que o consumo das famílias tivesse impacto destacado para o bom desempenho da atividade econômica e para os bons índices de crescimento econômico (SOUEN; CAMPOS, 2016).

O cenário de crescimento econômico possibilitou a redução gradativa do desemprego até o ano de 2014, conforme apresentado por Mattei (2020) através do gráfico abaixo:

Gráfico 2 - Evolução da Taxa de Desemprego entre 2003 e 2014



Retirado de: MATTEI, 2020, p.117.

Durante os anos 2000, o cenário externo favorável contribuiu para a melhora nos indicadores sociais e de crescimento através da apreciação cambial e aumento das exportações, como foi possível observar no capítulo anterior, mas em contrapartida também cooperou para o processo de especialização regressiva da pauta exportadora, já que barateou e ampliou a importação de produtos manufaturados, levando à ininterrupta desindustrialização em um cenário de apreciação cambial.

No ano 2010, a reversão do cenário expansivo de *commodities* e a depreciação da taxa de câmbio – que quando esteve apreciada favoreceu a importação de produtos manufaturados - escancarou a fragilidade do setor produtivo da economia brasileira, revelando a debilidade tecnológica da indústria nacional e delineando o atraso

competitivo de um setor economicamente estratégico, implicando num movimento de intensificação da chamada especialização regressiva da economia brasileira, com abandono de uma estratégia efetiva de avanço da indústria nacional.

As alterações observadas na trajetória da indústria no Brasil têm muita influência do cenário internacional (conforme destacado anteriormente), considerando que a especialização regressiva foi intensificada pelo aumento da demanda externa por produtos primários (*boom das commodities*). Sendo assim, mesmo sem o dinamismo da década anterior, a exportação de produtos primários se manteve importante. Por outro lado, ainda com a tentativa de correção do câmbio, o valor apreciado da moeda e as mudanças na estrutura produtiva global, fez com que se continuasse a importar bens finais e insumos, desestruturando a cadeia produtiva nacional. Como destacam Prates; Fritz e de Paula (2019):

Entre 2008 e 2014, o déficit na balança comercial de bens manufaturados percorreu uma trajetória ascendente. Enquanto isso, as vendas no varejo e o coeficiente de importação dos insumos da indústria continuaram crescendo, indicando uma substituição da produção doméstica pelas importações tanto de bens finais como intermediários. Com isso, a tendência à desindustrialização em curso desde os anos 1990 foi reforçada num contexto de apreciação cambial e mudanças estruturais em âmbito global. (PRATES; FRITZE DE PAULA, p.15, 2019).

A sobrevalorização cambial em um país cuja estrutura econômica conta com constante saldo negativo em transações correntes acabam se tornando uma armadilha, já que as exportações de produtos primários compensam em quantidade e preço, mas a importação de manufaturados com alto valor agregado acaba causando a deterioração dos termos de intercâmbio¹⁶, principalmente porque em meados de 2014 ocorreu depreciação cambial e o preço das *commodities* caiu devido à desaceleração do comércio mundial e conseqüente queda da demanda, situação recorrente nos países exportadores de gêneros primários que ficam expostos às variações de preços internacionais e das exigências deste mercado¹⁷.

Estas ações combinadas contribuíram para o encerramento das atividades de várias empresas nacionais, devido ao rompimento dos elos das cadeias produtivas e retração da atividade econômica, pois num contexto de incertezas o setor privado não respondeu aos estímulos das desonerações e isenções fiscais do governo para aumentar o investimento. Segundo Mello e Rossi, a tentativa de estímulo ao setor industrial feita pelo governo não obteve sucesso, além de apresentar resultados negativos, mas ainda assim,

¹⁶ Ver Bresser e Gala (2010).

¹⁷ Ver: [Exportações - O avanço das commodities \(ipea.gov.br\)](http://ipea.gov.br)

“o industrialismo foi capaz de manter as taxas de desemprego em níveis historicamente baixos, promovendo o aumento da renda e da massa salarial” (MELLO E ROSSI, 2017, p.32).

Numa tentativa de controle das contas e recomposição do emprego, nos governos Dilma foram adotadas as políticas de austeridade e controle das contas visando o equilíbrio fiscal. De acordo com Carvalho et. al (2018) e Prates, Fritz e de Paula (2019) os subsídios e isenções fiscais adotados visavam o aumento das contratações formais de forma que surtisse um impacto positivo nos investimentos públicos e privados, o que não ocorreu e que poderia ter sido melhor administrado se tivessem optado pelo investimento movido pelo setor público via BNDES, este movimento resultou em baixa arrecadação fiscal, prejudicando a aplicação de políticas de Formação Bruta de Capital Fixo e política econômica redistributiva de estímulo à demanda.

A dificuldade de recuperação do investimento também contribui com o movimento de retração da atividade industrial e impactou a elevada taxa de desemprego no período, quando observa-se a intensa redução do emprego formal no setor industrial com a recessão nos anos de 2015 e, sobretudo, 2016 quando houve uma redução de 10% do pessoal ocupado na indústria, especialmente a indústria de transformação e a construção civil - dado a importância das políticas de crédito imobiliário no período de crescimento -, que foram importantes motores das taxas favoráveis de emprego na época do crescimento com inclusão social e os principais responsáveis pela redução do emprego formal no período recente (SOUEN; CAMPOS, 2016).

Tabela 2 - Variação percentual de pessoas ocupadas por grupamento de atividade - Brasil (2013-2019)

Grupamento de atividade	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2013-2017	2013-2019
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	-1,3	-6,1	-1,3	-2,9	-6,5	-0,6	0	-10,9	-17,4
Indústria Geral	-1,3	2,6	-2,6	-10,1	1,2	0,7	1,7	-9,2	-8,1
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	3,1	1,7	1	-1	0,7	0,3	1,1	2	7
Outros serviços	5	3,9	-0,4	1,5	6	7,7	3,9	19,9	30,9

Fonte: PNAD Contínua (2020). Elaboração própria.

Pela análise da tabela 2 onde constam os dados de pessoas ocupadas por grupamento de atividades é possível constatar a dimensão das taxas de ocupação nos setores econômicos. O setor terciário, representado pelo Comércio e Outros serviços foi o menos impactado no período analisado, com destaque para o setor de outros serviços que apresentou elevado aumento de contratações no período, por se tratar de atividades com menor dinamismo econômico, que não responderam bruscamente às variações processadas no âmbito macroeconômico.

A queda da ocupação no setor da indústria revela a fragilidade deste setor e conforme apontam Souen e Campos (2016) e Manzano e Caldeira (2017), a indústria foi um dos setores que mais contribuiu para os indicadores negativos de emprego no período, por estar mais ativamente ligado às políticas governamentais de crescimento, à concorrência e às variações do cenário internacional. A retração de 10,1% na ocupação no setor da indústria em 2016¹⁸ revela os impactos da recessão que passou o país, para os empregados das indústrias¹⁹ devido à retração na demanda agregada.

A agricultura, assim como a indústria, também sofreu os efeitos da retração da demanda agregada internacional, acarretando na perda de diversos postos de trabalho, mesmo que tenha sido o setor que sustentou a atividade econômica, conforme destacado por Manzano e Caldeira (2017), teve que lidar com a segunda maior retração do emprego no período. Conforme apontado por Pochmann (2018), a retração dos empregos no setor industrial e na agricultura estão relacionados tanto com o processo de desindustrialização quanto com o processo de modernização tecnológica.

A importância da indústria neste processo consiste no fato de que conforme abordado por Pochmann, é o setor que dá dinamismo ao mercado de trabalho, pois a sua expansão causa um efeito proporcional nos demais setores da economia, uma vez que a agricultura e os serviços “são setores importantes, mas sem capacidade de permitir um ritmo de expansão sustentável para um país com mais de 200 milhões de habitantes” (Vermelho, 2018, p.1).

¹⁸ “É importante destacar que a situação mais crítica para o emprego formal se deu a partir do primeiro trimestre de 2015 que, se comparado com o mesmo período de 2016, resulta em quase 1,5 milhões de vínculos formais a menos, sendo que, desse total, a indústria contribuiu com a perda de 1,3 milhões e a construção civil com quase 90 mil vínculos” (SOUEN E CAMPOS, 2016, p.104).

¹⁹ [Indústria demite 20,3 mil em 2016 - 20/01/2017 | Diário do Grande ABC \(dgabc.com.br\)](http://diario.grandeabc.com.br/industria-demite-20,3-mil-em-2016-20/01/2017/)

Tabela 3 - Variação média anual de indicadores selecionados (2012-2019)

Indicador	2013/ 2012	2014/ 2013	2015/ 2014	2016/ 2015	2017/ 2016	2018/ 2017	2019/ 2018	2019/ 2014	2019/ 2012
PIA ¹	1,4	1,6	1,4	1,3	1,2	1	1	6,1	9,3
PEA ¹	1,1	1,1	1,9	1,5	1,8	0,9	1,5	7,8	10,2
Pessoas desocupadas ¹	-1,9	-3,2	27,4	37,1	12,7	-2,9	-1,7	87,7	78,2
Taxa de desocupação	-3,1	-4,2	24,5	35,3	10,7	-3,7	-3,1	74	61,6
Empregado no setor privado ^{1,2}	1,7	1,7	-2,5	-2,9	-0,8	0,2	1,8	-4,2	-0,8
Empregado no setor privado ^{1,2} com carteira de trabalho assinada	3	3,6	-2,4	-3,9	-2,7	-1,2	1,1	-8,9	-2,7
Empregado no setor privado ^{1,2} sem carteira de trabalho assinada	-2,3	-4,2	-2,9	0,7	5,6	4,5	4	12,3	5,1
Subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas	-16,8	-9,8	8,5	-3,1	24,9	11,2	6,3	55,2	16,4
Pessoas desalentadas	-5,7	-16,6	29	70,6	23,9	13,3	1,4	213,6	146,6
Contribuição para instituto de previdência em qualquer trabalho	3,2	4,2	0,8	-1,1	-1,8	0,3	1,1	-0,8	6,6
Não contribuição para instituto de previdência em qualquer trabalho	-1,5	-3,1	-1,3	-3,2	4,4	3,4	3,6	6,9	2

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua - Retrospectiva 2012-2019.

1. Pessoas de 14 anos ou mais de idade na semana de referência.

2. Exclui trabalhadores domésticos.

Na tabela 3 é possível visualizar os principais indicadores referentes ao emprego para análise do mercado de trabalho no período analisado. A PIA representa a população em idade ativa e contava com 156 milhões de indivíduos em 2012 e 171 milhões em 2019, apresentando variação de 9,3% nestes anos, a PEA representa a população economicamente ativa (ocupados e desocupados) e em 2012 era composta por 96 milhões de indivíduos, aumentando para 105 milhões em 2019, contando com uma variação de 10,2% neste período.

A variação das pessoas desocupadas e a taxa de desocupação revelam os efeitos da crise no mercado de trabalho nos anos 2014, 2015 e 2016 que apresentam as maiores taxas no período analisado. As pessoas desocupadas em 2012 somavam 7

milhões de indivíduos e em 2019 este número era de 12 milhões, a variação foi de 87,7% entre os anos 2019/2014 em relação aos 78,8% nos anos 2019/2012. A taxa de desocupação chegou a 74% entre os anos 2014/2019 e 61,6% entre os anos 2012/2019. Através destes indicadores é possível observar a concentração deste aumento do desemprego nos anos mais críticos do período recessivo.

Quando observado o indicador de subocupação por insuficiências de horas trabalhadas²⁰, é revelada a subutilização da força de trabalho, ou seja, o número de trabalhadores que estão disponíveis e desejariam trabalhar mais horas do que as horas que estão trabalhando. Por esse indicador, percebe-se que depois de dois anos consecutivos de queda, essa trajetória foi interrompida em 2015, quando se registrou um aumento de 8,5% em relação ao ano de 2014 (4.504 milhões).

Depois de uma redução de 3,1% em 2016, o número de trabalhadores subocupados voltou a registrar aumentos nos anos seguintes, de tal forma que se considerarmos o crescimento entre 2012 e 2019 do número de pessoas subocupadas, verificamos que em 2019 o número de subocupados era 16% superior à média de 2012, porém quando comparamos com a média de 2014, verificamos que esse número é de 55%, ou seja, o número de trabalhadores em situação de subocupação se ampliou fortemente a partir da recessão de 2015, o que demonstra uma piora das condições de absorção das pessoas economicamente ativas no mercado de trabalho.

Os trabalhadores desalentados²¹ também revelam a subutilização da força de trabalho e entre os anos 2015/2016 seu aumento foi de 70%, acarretando um aumento expressivo de 213,6% no período de 2014/2019.

Em relação ao emprego formal (com carteira assinada) e informal (sem carteira assinada) no setor privado, a análise dos dados da tabela 3 revelam a reversão na trajetória destes indicadores entre os anos 2014/2015. Entre 2014 e 2019 houve redução dos empregos com registro de 8,9% frente a um aumento de 12,3% dos empregados sem carteira assinada. Estes dados nos permitem visualizar que a política de desonerações promovida pelo governo Dilma não surtiu impacto positivo nas contratações formais, o

²⁰ Os **subocupados por insuficiência de horas trabalhadas** são trabalhadores que têm jornada de trabalho inferior a 40 horas semanais, mas gostariam de trabalhar mais horas e estão disponíveis para trabalhar. Ver: [Desemprego | IBGE](#).

²¹ Os **desalentados** são pessoas que gostariam de trabalhar e estariam disponíveis, porém não procuraram trabalho por acharem que não encontrariam. Vários são os motivos que levam as pessoas a desistirem de procurar trabalho, entre eles: não encontrar trabalho na localidade, não conseguir trabalho adequado, não conseguir trabalho por ser considerado muito jovem ou idoso, ou não ter experiência profissional ou qualificação. Ver: [Desemprego | IBGE](#).

movimento foi contrário de salto nas contratações sem registro, situação reafirmada com a vigência da reforma trabalhista a partir de 2017.

Quando analisadas as contribuições para a previdência expressas na tabela 3, é possível identificar a queda contribuição a partir de 2014, e a presença de valores negativos a partir de 2015 com a intensificação das desonerações e isenções, acompanhado do aumento da não contribuição em contrapartida. Quando observado o aumento médio anual da contribuição e da não contribuição entre os anos de 2014 e 2019, verifica-se a redução de -0,8% para a contribuição e o aumento de 6,9% para a não contribuição, representado pelas desonerações nas folhas de salários e o aumento do emprego informal.

Pelas informações anteriores, é possível concluir que após 2014, os indicadores apresentados demonstram a piora das condições do mercado de trabalho. Com a deterioração dos indicadores de crescimento econômico após dois anos recessivos, a explosão do desemprego e a eliminação de milhares de postos de trabalho, tornou-se mais dificultosa a atuação sindical, que buscou durante anos, mesmo que nem sempre com sucesso absoluto, a manutenção dos postos de trabalho, conforme apontado por Celso Furtado (1978, p. 21), com o capitalismo contemporâneo, “a maior estabilidade do mercado de mão-de-obra resultante da consolidação da estrutura empresarial permite às organizações de trabalhadores aumentarem seu poder combativo”.

A essa dificuldade de atuação das entidades representativas dos trabalhadores, depois do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, o novo governo aprovou uma reforma trabalhista com a justificativa de “modernização” das relações de trabalho e que acabou por ampliar o já flexível mercado de trabalho brasileiro, mas, sobretudo, ampliou a desproteção do trabalhador.

3.1 REFORMA TRABALHISTA

O governo que assumiu o poder após o *impeachment* em 2016, põe em andamento um conjunto de reformas ultraliberais condensadas no documento “Uma ponte para o futuro”. Inicia-se com o congelamento dos gastos promovido pela Emenda Constitucional 95 em dezembro de 2016, e segue com a aprovação da Reforma Trabalhista²² em novembro de 2017 para sanar as questões referentes ao desemprego no país. De cunho extremamente ortodoxo, a reforma priorizou a flexibilização das relações de trabalho considerando a aspiração de que “as convenções coletivas prevaleçam sobre as normas legais” (UMA PONTE PARA O FUTURO, 2015, p.19). Estas medidas implicaram na desestruturação do mercado de trabalho brasileiro, desvinculando uma série de leis consolidadas com a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) de 1 de maio de 1943.

Com a Reforma Trabalhista, decretada em julho de 2017, firmou-se a desregulamentação e a flexibilização das leis do trabalho consolidadas pela CLT de 1943, visto que a medida prioriza negociações informais entre empregador e empregado. Tal fato acabou por acarretar na diminuição do número de formalizações das empresas colocando em risco a garantia de estabilidade do emprego formal, da seguridade social e conseqüentemente, da capacidade de atuação fiscal do Estado, considerando ainda a adoção da EC 095 em paralelo, que congela os gastos governamentais em educação e saúde.

Segundo Heinen e Mattei (2019),

Partindo do pressuposto de que o problema do desemprego decorria de anomalias existentes na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), o governo Temer encaminhou ao Congresso Nacional, no dia 22 de dezembro de 2016, a primeira proposta de mudanças das leis do trabalho, denominada de “reforma trabalhista”. Tal proposta pretendia alterar as regulamentações referentes à jornada de trabalho, à negociação entre empresários e trabalhadores, às formas de demissão, ao trabalho temporário e às férias, além de outros fatores caros às condições de trabalho e à própria dinâmica do mercado de trabalho brasileiro. (HEINEN E MATTEI, p. 3, 2018).

Grosso modo, dentre as flexibilizações nas leis trabalhistas promovidas pela reforma, destacam-se o aumento na jornada de trabalho diária de 8 horas para 12 horas, dentro do limite semanal de 44 horas, atividades relacionadas ao trabalho como o tempo de traslado entre a residência e o local de trabalho, a pausa para descanso, higiene,

²² “No que se refere às relações de trabalho, a reforma trabalhista estimulou a terceirização de atividades-fim das empresas, flexibilizou normas trabalhistas, impactou fortemente na ação sindical e dificultou o acesso à Justiça do Trabalho, diminuindo o grau de proteção aos empregados com carteira de trabalho assinada.” (OLIVEIRA E PRONI, 2016, p.22).

interação e afins deixam de ser computados na jornada de trabalho. Foi dispensada a obrigação do pagamento do piso da categoria ou do salário mínimo na remuneração, podendo ser negociada entre as partes. Houve também a alteração nas leis referentes à demissões e rescisões e a tentativa de enfraquecimento da atuação sindical por meio da remoção da obrigatoriedade da contribuição sindical, implicando em redução da proteção do trabalhador. Por fim, o estabelecimento de negociações de contrato de trabalho invés da contratação por meio da CLT (HEINEN; MATTEI, 2018).

Sendo assim, as negociações entre empresas e trabalhadores indicando a flexibilização das leis trabalhistas implicaram no aumento da variação média anual de trabalhadores ocupados com insuficiência de horas trabalhadas na ordem de 55,2% entre os anos de 2014 e 2019, culminando na precarização do emprego. A partir de 2016 observa-se também a reversão na trajetória de retração da variação média anual do emprego informal em relação ao emprego formal (tabela 3), rebatendo na contribuição à previdência social, de acordo com dados da PNAD.

De acordo com Caldeira e Manzano (2017),

A amplitude e a estrutura do mercado de trabalho nacional dependem fundamentalmente do adequado manejo do instrumental macroeconômico com o objetivo de garantir um tal nível de demanda agregada que corresponda à plena utilização da força de trabalho (CALDEIRA E MANZANO, 2017, p.28).

De tal afirmação e da análise dos indicadores de crescimento econômico e emprego, é possível observar que a adoção de reformas estruturais não foi capaz de processar a retomada do crescimento no Brasil, muito menos promover a melhora das condições de vida da população, obrigada a lidar com o aumento do desemprego, com a precarização das relações de trabalho, principalmente pela queda dos empregos com carteira de trabalho assinado e no aumento de trabalhadores com insuficiência de horas trabalhadas, que implicam na redução da seguridade do trabalhador, com a redução dos direitos consolidados pela CLT. De acordo com Oliveira e Proni (2019), em 2018, na vigência do governo Bolsonaro, 52,2 milhões de brasileiros viviam com menos de R\$420 per capita por mês, reflexo da flexibilização das relações de trabalho que, na prática, não favoreceram o trabalhador.

Além disso, a retirada da obrigatoriedade da contribuição sindical aprovada com a reforma trabalhista desestrutura a organização da classe trabalhadora e fortalece a atuação do empregador privado, já que:

Num país com histórico de relações de trabalho ainda permeadas pela cultura escravocrata, essas mudanças caminham na contramão, podendo ser consideradas como um grande retrocesso, uma vez que, com a redução do papel dos sindicatos busca-se aproximar os trabalhadores daquilo que os capitalistas esperam que eles sejam: apenas mão de obra barata. (HEINEN E MATTEI, 2018, p.22).

O distanciamento dos sindicatos, aliado ao distanciamento do Estado da esfera burocrática e os cortes de gastos promovidos abrem caminho para que os grandes empresários se apropriem do debate institucional referente ao que é mais adequado aos trabalhadores, situação que implica em enfraquecimento do movimento popular de base e distância a verdadeira classe produtora da articulação política e econômica. A continuação da desestruturação econômica da base da pirâmide social se deu com a aprovação da Reforma da Previdência, com a MP da Liberdade Econômica e com o desmonte do Ministério do Trabalho pelo governo de Jair Bolsonaro (sem partido), seguindo a adoção da agenda neoliberal.

A característica estrutural dos países da América Latina de elevada oferta de mão de obra, acarretando em prevalência de baixos salários, juntamente com a necessidade de atuação estatal para contenção do crescimento revelam que as medidas flexibilizantes e modernizantes claramente não foram voltadas ao bem estar da classe produtora, da mesma forma que o processo de *impeachment* em 2016 não objetivava retomada do crescimento. Através das análises do presente trabalho fica claro que “a finalidade dessa estratégia não é promover um desenvolvimento nacional socialmente inclusivo e ambientalmente sustentável” (OLIVEIRA E PRONI, 2017, p.24).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho, foram apresentados os dados indicadores de crescimento econômico no Brasil a partir de 2014 para evidenciar as consequências negativas das escolhas de política econômica para o mercado de trabalho, já que partimos do princípio que as mudanças processadas no mercado de trabalho foram decorrentes do baixo desempenho econômico. O principal indicador apontado como responsável pela sustentação do crescimento da economia até 2013 foi o consumo das famílias, e a análise deste dado para os anos seguintes indica que a inércia observada neste indicador, junto com a inércia observada nos investimentos que contribuíram para a queda da atividade econômica, visto que não foram obtidos bons resultados para estes índices durante o período de crise. Além disso, foi realizada uma abordagem crítica da opção pela Reforma Trabalhista para conter o avanço do desemprego no Brasil.

Para conter os avanços da crise econômica a presidente Dilma Rousseff (PT) optou pelas desonerações fiscais das folhas de salários, de forma que fosse recuperada a confiança dos agentes privados no governo, visando a isenção de tributos e a redução do custo do trabalhador para o empresário, que sendo isento desta obrigação, teoricamente iria dispor de mais capital para investir em mão de obra, aumentando os postos de trabalho e a produção. Essa medida não foi eficaz para cumprir com os objetivos de política econômica do governo que juntava esforços para conter a crise econômica, junto com a crise política e social em curso.

Foram analisados os indicadores de crescimento do período além dos dados de emprego e renda, para evidenciar que a escolha de política econômica não surtiu os efeitos desejados, tendo em vista a estagnação do investimento no período e a baixa reação observada nos indicadores do mercado de trabalho, como as ocupações que apresentaram pouca recuperação, seguido de um quadro de precarização das relações de trabalho, principalmente devido às mudanças ocorridas com a flexibilização das leis do trabalho, possibilitadas pela aprovação da Reforma Trabalhista, aliado ao congelamento dos gastos públicos sociais com a aprovação da Emenda Constitucional 95, pelo PMDB de Michel Temer.

Evidente quando observados os dados referentes aos anos de 2018 e 2019 que a Reforma Trabalhista não foi capaz de reverter esse cenário de desestruturação do

mercado de trabalho, considerando que a quantidade de trabalhadores desalentados sofreu um aumento médio anual de 213,6% entre os anos de 2014 e 2019. Os dados da atividade industrial²³ e do emprego formal no período refletem a necessidade de uma estratégia de crescimento apoiada na indústria que crie novos postos de trabalho, aqueça o mercado interno, e que impulse a capacidade de inovação tecnológica nacional, para que possamos desenvolver autonomia e tecnologia na produção.

Sendo assim, foi abordada a necessidade de reconstituição da demanda interna através do estímulo ao setor industrial, com o fomento ao investimento e a retomada das contratações formais, visando a incorporação da massa de mão de obra que se encontra ociosa ou subempregada, para que seja possível a reconstituição da demanda interna e o estímulo ao consumo das famílias. A importância da indústria neste processo se deve à característica de um setor que possui efeito dinamizador através da capacidade de criação de elos nas cadeias produtivas, elevando o efeito multiplicador sobre a economia e desenvolvendo oportunidades de ocupação em massa, inclusive no terceiro setor. Em relação aos indicadores de emprego e renda, a indústria tem a vantagem da formalização dos contratos de trabalho e organização da classe trabalhadora, possibilitando o aumento do emprego formal em massa, além do impacto positivo no setor terciário que beneficia a base da pirâmide social (SOUEN, 2018). Se faz necessário o retorno de uma política que tenha como prioridade a recomposição da demanda e o consumo das massas, possibilitando a incorporação da mão de obra disponível e o retorno de condições dignas de trabalho e existência. Desta forma, se faz necessário o distanciamento das políticas de cunho liberal para dar lugar à ação estatal e proteção social.

²³ Entre eles: formação bruta de capital fixo, taxa de investimento, valor adicionado bruto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, R. O Privilégio da Servidão. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018

BATISTA, P. N. O Consenso de Washington: a Visão Neoliberal dos Problemas Latino-Americanos. IN: BATISTA JÚNIOR, P. N. (Org.). Paulo Nogueira Batista: Pensando o Brasil: ensaios e palestras. Brasília-DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009, p.115-162. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/331-Paulo_Nogueira_Batista_Pensando_o_Brasil.pdf

BRESSER-PEREIRA, L. C.; GALA, P. Macroeconomia Estruturalista do Desenvolvimento. Revista de Economia Política, vol. 30, nº 4 (120), pp. 663-686, outubro-dezembro/2010

CALDEIRA, C. D.; MANZANO, M. Dinâmica recente do mercado de trabalho brasileiro ainda nos marcos da CLT. In: KREIN, José Darin; GIMENEZ, Denis Maracci; 12 SANTOS, Anselmo Luis dos (orgs.). Dimensões críticas da reforma trabalhista no Brasil. 1. ed. Campinas: Curt Nimuendajú, 2018. p. 69-95, 2017.

CARDOSO DE MELLO, J. M. & NOVAES, F. Capitalismo Tardio e Sociabilidade Moderna. Editora Unesp, 2009.

CARNEIRO, R.; BALTAR, P.; SARTI, F. Para além da política econômica. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2018.

CURADO, M. Sustentabilidade do Saldo em Transações Correntes e seus Impactos sobre o Crescimento Econômico. Revista Economia & Tecnologia, v. 2, n. 3, 2006.

MATTEI, L. Os efeitos da crise econômica de 2015-2017 sobre o mercado de trabalho brasileiro. In: PRATES, D.; TERRA, F. (Orgs.). Dossiê V da Associação Keynesiana Brasileira – O Brasil pós-recessão: das origens da crise às perspectivas e desafios futuros, p.113-123, 2018. Disponível em: [Dossie-V-da-AKB-O-Brasil-pos-recessao-das-origens-da-crise-as-perspectivas-e-desafios-futuros.pdf \(researchgate.net\)](https://www.researchgate.net/publication/331111111)

MATTEI, L.; HEINEN, V. L. Panorama do mercado de trabalho brasileiro entre 2012 e 2018. XXIV Encontro Nacional de Economia Política, 2019.

MELLO, G.; ROSSI, P. Do industrialismo à austeridade: a política macro dos governos Dilma. Texto para Discussão-IE/UNICAMP, v. 309, 2017. Disponível em: [Microsoft Word - Capa Nova.docx \(unicamp.br\)](https://www.unicamp.br/ie/pt/br/publicacoes/textos-para-discussao/309).

NASSIF, M. I.. Exportações - O avanço das commodities. IPEA. 2011. Ano 8. Edição 66 - 27/07/2011. Disponível em: [Exportações - O avanço das commodities \(ipea.gov.br\)](https://www.ipea.gov.br/publicacoes/2011/07/27/exportacoes-o-avanco-das-commodities)

OLIVEIRA, T., & PRONI, M. W. Estratégia de crescimento econômico e mercado de trabalho no Brasil. RBEST: Revista Brasileira De Economia Social E Do Trabalho, Campinas, v.1, nov. 2019.

OREIRO, J. L. A grande recessão brasileira: diagnóstico de uma agenda de política econômica. Estudos Avançados, São Paulo, v. 31, n. 89, p. 75-88, jan./abr. 2017.

Participação da indústria no PIB é a menor desde os anos 1950. Vermelho, mar. 2018.

Disponível em: <[Participação da indústria no PIB é a menor desde os anos 1950 - Vermelho](#)>. Acesso em: 15 mai. 2022.

PMDB. **UMA PONTE PARA O FUTURO**. Disponível em: [UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf \(fundacaoulysses.org.br\)](#). Acesso em 10 out. 2021.

PNAD Contínua 2020 - Principais Destaques PNAD Continua 2012-2019. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/condicoes-de-vida-desigualdade-e-pobreza/17270-pnad-continua.html?=&t=downloads>>

PRATES, D.; FRITZ, B.; DE PAULA, L. F.. O desenvolvimentismo pode ser culpado pela crise? Uma classificação das políticas econômica e social dos governos do PT ao governo Temer. Texto para Discussão IE/UFRJ, n. 009, 2019.

ROSSI, P.; MELLO, G. Choque recessivo e a maior crise da história: A economia brasileira em marcha à ré. In: Nota do Cecon, IE/UNICAMP. Campinas, abril, 2017.

ROSSI, P.; DWECK, E. 2016. Impactos do Novo Regime Fiscal na saúde e educação. Cadernos de Saúde Pública, 32(12)

SOUEN, J. A. A Evolução do emprego formal no crescimento com inclusão social, 2003 – 2013. Tese de Doutorado, Instituto de Economia, Unicamp. Campinas: Unicamp, 2018. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/332525/1/Souen_JacquelineAslan_D.pdf

SOUEN, J. A.; CAMPOS, G. C. S. Da euforia ao retrocesso: o comportamento do emprego formal no Brasil no período recente. Revista da ABET, v. 15, n. 2, p. 87-106, 2016.

TEIXEIRA, R. A.; DWECK, E.; CHERNAVSKY, E. “A economia política da política fiscal e o processo de impeachment”. Encontro Nacional de Economia Política, 23º, 2018, Niterói: SEP, 2018.